

RESSIGNIFICAÇÃO LINGUÍSTICA DE MOÇAMBIQUE: ENTRE LÍNGUA, CULTURA E ORATURA NYUNGWE

LINGUISTIC RE-SIGNIFICATION IN MOZAMBIQUE: BETWEEN LANGUAGE, CULTURE, AND NYUNGWE ORATURE

Sóstenes Valente Rêgo (Sisito Matete)¹

Resumo: O artigo aborda aspetos linguísticos e culturais de Moçambique que têm a ver com a colonização portuguesa e a atuação dos sucessivos governos de Moçambique independente com o objetivo de tentar assinalar, corrigir e ressignificar imprecisões culturais, linguísticas, simbólicas, mitológicas cometidas nesses dois períodos e que afetaram negativa e definitivamente as questões acima indicados. Visa ainda apelar à reafricanização dos espíritos dos africanos e o fortalecimento da identidade cultural. Esta abordagem usa a metodologia adequada e adaptada às culturas e tradições orais cujas fontes estão inscritas na natureza e na sociedade, em que o(s) autor(es) é/são a comunidade linguística, são os mais velhos, guardiões, bibliotecas vivas de saberes ancestrais. Sendo esta uma pesquisa sobre Moçambique – África, não faria muito sentido usar uma metodologia descontextualizada da realidade Subsariana. Parece ser uma abordagem inovadora e pode ter algum interesse para a academia na medida em que se inscreve nas lutas dos povos do Sul global pela sua libertação e descolonização cultural, linguística, académica, epistemológica, mental, espiritual e a conseqüente reafricanização dos espíritos (Amílcar Cabral) e a reivindicação das epistemologias afrocêntricas, consentâneas com as realidades destes espaços em jogo, condição sine qua non para o desenvolvimento destes países. Os dados analisados são corruptelas de antropónimos, cronómios, epónimos, topónimos, etc. espalhados pelo Moçambique inteiro e o que destruíram deliberadamente e substituído por etiquetas portuguesas, tentando apagar as memórias ancestrais africanas, que importa procurar corrigir e repor. Impuseram seus nomes em territórios ou pessoas como Américas, Brasil (Pindorama), Moçambique, António, Conceição, Domingos, Patrícia, com batismos, padrões, ferro quente, quando já possuíam seus nomes étnicos. Colocar outra identidade ou nomear é a arte de destruição da autenticidade, dominação, ocupação mais subtil (Nêgo Bispo); acabar as línguas indígenas nos locais colonizados, aniquilar ou pilhar os saberes locais, alienar povos inteiros constituem estratégias dos mesmos crimes contra a humanidade. Inclusive criminalizaram

¹ Docente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal. Doutor em Linguística pela Universidade de Lisboa, Portugal. E-mail: sosttete@yahoo.co.br.

(proibiram) culturas, línguas, religiões dos colonizados. Eles deviam ser únicos detentores de culturas, línguas, saberes, religiões, civilizações. Os escritos dos colonialistas sobre os povos colonizados estão cheios de distorções, armadilhas. Todos os povos são providos de saberes/ fazeres, conhecimentos, mas a cosmovisão monolítica de Deus único, verdade ou certeza (O Princípio da Incerteza) única, modo de ser e estar único não reconhecem o politeísmo, as verdades múltiplas e fluídas, outras maneiras de ser e estar. Para essas forças, todos os outros povos são sub-humanos, destituídos de saberes, pagãos, etc. A ausência de registros escritos por autóctones de Moçambique complica o resgate do que foi destruído. Mas não é impossível. Alguns saberes chegaram até aos dias de hoje através de cosmologias politeístas e da transmissão de geração em geração (Nêgo Bispo). Este artigo, escrito a partir da oralidade, com fontes orais, é um esforço na direção da revitalização das memórias ancestrais destruídas, apagadas pelos invasores e colonizadores, aprendendo com a oralidade a fim de reescrever para restituir os destruídos. Porque “não há quem diga sobre a vida de um povo melhor que as suas cantigas” (Nêgo Bispo). Por isso, aparecem poucas fontes escritas. Neste sentido, os conceitos e as metodologias utilizadas foram revistas e atualizadas por forma a se adequarem a espaços de tradições e culturas orais, em que a escrita é marginal, limitada e restrita a domínios oficiais e elitistas. Isto tem implicações diretas na bibliografia escrita, que acaba por ser escassa, à força das fontes orais, estas são originais/ primeiras porque obtidas em primeira mão dos próprios protagonistas – a comunidade cultural e linguística. É pouco sensato que os paradigmas ocidentais considerem não culturas as culturas orais milenares da maior parte dos povos do mundo inteiro. Isso fez escola e tem arredado das ciências muitos saberes que dariam valiosos.

Palavras-Chave: Linguística; Nyungwe; Moçambique; Decolonialidade; Africanização.

Abstract: The article addresses linguistic and cultural aspects of Mozambique related to Portuguese colonization and the actions of successive governments of independent Mozambique, with the aim of identifying, correcting, and re-signifying cultural, linguistic, symbolic, and mythological inaccuracies committed during these two periods, which negatively and permanently affected the issues mentioned above. It also aims to advocate for the re-Africanization of the spirits of Africans and the strengthening of cultural identity. This approach uses a methodology that is appropriate and adapted to the oral cultures and traditions, whose sources are inscribed in nature and society, in which the author(s) are the linguistic community itself — the elders, guardians, living libraries of ancestral knowledge. Since this is research about Mozambique — Africa, it would make little sense to use a methodology disconnected from Sub-Saharan realities. It appears to be an innovative approach and may be of interest to academia insofar as it is part of the struggles of the peoples of the Global South for their liberation and cultural, linguistic, academic, epistemological, mental, spiritual decolonization, and the consequent re-Africanization of spirits (Amílcar Cabral) and the assertion of Afrocentric epistemologies, consistent with the realities of these spaces in question — a *sine qua non* condition for the development of these countries. The data analyzed are corruptions of anthroponyms, chrononyms, eponyms,

toponyms, etc., scattered throughout Mozambique, which were deliberately destroyed and replaced by Portuguese labels, attempting to erase ancestral African memories — memories that are essential to seek to correct and restore. They imposed their names on territories and people such as the Americas, Brazil (Pindorama), Mozambique, António, Conceição, Domingos, Patrícia, through baptisms, standards, branding with hot iron, even when people already had their ethnic names. To assign another identity or name is the art of destroying authenticity, a subtle form of domination and occupation (Nêgo Bispo). The eradication of indigenous languages in colonized areas, the annihilation or looting of local knowledge, the alienation of entire peoples — these are all strategies of the same crimes against humanity. They even criminalized (prohibited) the cultures, languages, and religions of the colonized. They were to be the sole holders of cultures, languages, knowledge, religions, and civilizations. The writings of colonialists about the colonized peoples are full of distortions and traps. All peoples possess knowledge, skills, and wisdom, but the monolithic worldview of a single God, a single truth or certainty (*The Principle of Uncertainty*), a single way of being and existing, does not recognize polytheism, multiple and fluid truths, or other ways of being and living. For these forces, all other peoples are seen as sub-human, devoid of knowledge, pagans, etc. The absence of written records by the native peoples of Mozambique complicates the recovery of what was destroyed — but it is not impossible. Some knowledge has survived to this day through polytheistic cosmologies and oral transmission from generation to generation (Nêgo Bispo). This article, written from orality, with oral sources, is an effort towards the revitalization of ancestral memories that were destroyed and erased by invaders and colonizers, learning from orality in order to rewrite and restore what was destroyed. Because “no one can speak better about the life of a people than their songs” (Nêgo Bispo). Therefore, there are few written sources. In this sense, the concepts and methodologies used were reviewed and updated to suit spaces of oral traditions and cultures, where writing is marginal, limited, and restricted to official and elitist domains. This has direct implications for the written bibliography, which ends up being scarce; oral sources, on the other hand, are original/primary because they are obtained first-hand from the very protagonists — the cultural and linguistic community. It is unreasonable for Western paradigms to consider the millennia-old oral cultures of most peoples around the world as “non-cultures.” This notion has become widespread and has kept many valuable types of knowledge away from science.

Keywords: Linguistics; Nyungwe; Mozambique; Decoloniality; Africanization.

Introdução

A necessidade e importância de os moçambicanos chamarem para si a responsabilidade de serem eles próprios a reescrever todos ou a maior parte de (de)nominações, termos e expressões criados no período colonial português em Moçambique, concebidos para favorecer os interesses coloniais é a motivação maior deste artigo. Não sobram grandes dúvidas de que, em matérias de conceitualização, terminologia e atribuição de nomes às coisas, o colonialismo fez em seu próprio proveito e interesse e não no interesse dos moçambicanos e da jovem nação que

nascia da independência de Moçambique, conquistada pela luta armada de libertação nacional. É sabido, que, quem (de)nomina domina. Este artigo também surge dum impulso forte de procurar preservar a sabedoria ancestral (conhecimentos a que muitas vezes chamamos de obscurantismo ou superstição), que, nos dias que correm, cada vez mais se vai perdendo diante da apatia coletiva. A bem de toda a humanidade, aquilo que era visto como obscurantismo ou superstição hoje tem que ser visto como ciência. Trata-se, portanto, de indicar caminhos que de alguma forma podem conduzir para recuperação de alguma forma de soberania cultural, académica e científica. As fontes deste artigo são a natureza (viva e morta), a sociedade, o mundo (físico e não físico) e todo o contexto envolvente.

Recorde-se, que, cultura, como expressão de quem somos, é fator primordial de um país e de todo o processo rumo ao seu (des)envolvimento. Neste desiderato, quando as culturas instituídas depois das independências, nomeadamente nos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), baseiam-se na imitação de culturas, modelos, epistemologias, perspectivas, paradigmas de países ocidentais e não dos seus próprios contextos sócio-culturais, algo está errado. Andar-se-á sempre atrás deles, à reboque e a cumprir agendas dos outros. Nunca andarão à frente. O seu destino estará nas mãos dos outros. Nunca nas suas mãos. Por esta razão, estudos de culturas, histórias, línguas africanas encontram-se inseridos e reduzidos à História colonial e realizados por europeus. Tanto é assim que, no tempo colonial, em Moçambique, estudava-se História, Geografia, de Portugal. Depois da independência, estuda-se História, Geografia, de Moçambique a partir da História, Geografia, de Portugal. Nisto, pouco ou nada mudou. História de Moçambique é um substituto ou prolongamento da História de Portugal. É um simulacro da História de Moçambique. Ela limita-se à História do outro. As culturas institucionais de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, etc., não são baseadas nas tradições e culturas (não folclores) indígenas, autóctones dos povos destes países. Daí, que, a reafricanização (o regresso dialético às origens) seja crucial para o auto-conhecimento destes povos, sem o qual nenhum progresso é possível. Como Lumumba (1961) dizia: *“The day will come when history will speak. But it will not be the history which will be taught in Brussels, Paris, Washington or the United Nation, Africa will write its own history and in both north and south it will be a history of glory and dignity”*.

Moçambique é um vasto território com realidades muito diferentes: diferenças entre Centro e Norte e este com o Sul e mesmo diferenças entre províncias da mesma região ou ainda dentro de cada província que nem sempre é tido em conta tanto no passado colonial como ainda no momento atual. A título de exemplo, Tete possui três etnias principais – *nyanjas*, *nyungwes*, *senas* - tão diferentes entre si, mas que se tende a reduzir aos *nyungwes* apenas, talvez por se situarem na capital provincial e distritos circunvizinhos.

Um dos problemas que se colocam na Resignificação Linguística de Moçambique e não só é o facto de os povos destes espaços não se estudam nem a si próprios nem mesmo aquilo que lhes pertencem: suas geografias, culturas, línguas, histórias, terras, seus recursos naturais e humanos, etc. Amílcar Cabral, líder do PAIGC; Flora Gomes, cineasta guineense, por exemplo, são mais estudados, conhecidos, reconhecidos e valorizados fora – Europa, EUA – que na Guiné-Bissau e

África. Daí, esta situação pouco caricata de termos estrangeiros europeus como especialistas em assuntos da África Austral. É um problema que deve ser enfrentado e ultrapassado. Isso faz-se investindo na investigação.

O valor da (de)nominação é incalculável. Ela identifica, especifica, delimita, atribui determinados atributos. Um nome transporta em si mesmo língua, cultura, história, cosmovisão e um conjunto de tradições. Tirar ou modificar o nome de um povo, por exemplo, é matar tudo o que ele encerra; é tirar-lhe ou matar-lhe a alma. Aos povos colonizados por Portugal, foi-lhes retirado ou matado a alma, ficando povos sem alma, sem memória e sem as quais não há pessoa, não há povo. Hoje, esses povos debatem-se com toda a sorte de problemas como consequência disso. O nome Sóstenes Valente Rego não deixa mentir. Com este nome, quem diria que este indivíduo é africano, negro, de Tete e *manyungwe*? Já Sisito Matete remete para aquelas ambiências.

Importa salientar que sabedorias e conhecimentos africanos do sul continental têm por base o código oral, o código está inscrito oralmente em contos, cantigas, adivinhas, fábulas, danças. A ciência africana não é essencialmente escrita. Ela está inscrita nas memórias dos povos, nos códigos éticos, morais e nos valores culturais, económicos e sociais. E os melhores autores e melhores livros dessas ciências são as próprias sociedades e a própria natureza. Deste modo, a autoria é coletiva, comunitária e não é propriamente anónima como sói dizer-se. Sendo que fazer ciência é (deve ser) trazer à luz do dia novos objetos de estudo, novas abordagens/ métodos e, sobretudo, novos pensamentos, novas ideias e novas teorias; não é repetir ideias de outrem, encher o texto de citações. Estas devem servir apenas como âncoras, como um porto seguro, como um farol.

Uma ciência não deve marginalizar outros saberes. Pelo contrário, deve ser inclusiva, abraçar e alimentar-se de outros saberes. A ciência tem de sair do seu casulo e ir para a rua, para a comunidade; tem que se arejar, contactar a realidade, porque ciência fechada na gaveta ou em gabinetes torna-se amorfa, estéril, sintética. Por outro lado, ciência que não inova, que não quebra com as amarras, não é ciência. A ciência tem que ser uma pedrada no charco, contra o imobilismo, contra a arrogância. Até aqui, a ciência tem sido racista, machista e antidemocrática. Por isso, a dicotomia saber científico vs saber empírico parece-me lesiva à própria ciência. As ciências, não são neutras como mais uma vez ficou demonstrado aquando da produção de vacinas contra a Covid-19, já que houve invisibilização, interdição, obstaculização de vacinas produzidas no sul global.

Passados Pré-colonial, Colonial e Pós-Colonial

Em 1975, Moçambique conquista a sua independência política que conduziu ao poder os legítimos filhos do povo moçambicano, representados pela Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique – Partido no Poder). Mas o país continuou na esfera de influência de Portugal através da língua portuguesa, dos portugueses que decidiram não sair do país, do aparelho administrativo do estado, da mentalidade colonial, do ensino que permaneceu baseado na língua portuguesa; da presença

massiva de cooperantes em todos os setores económicos e sociais. O orçamento do Estado moçambicano é financiado por “doadores” internacionais. Ou seja, Moçambique não se livrou totalmente do seu passado. Este pode compreender: 1) passado colonial e 2) passado pré-colonial.

Reportando-se ao passado colonial e cingindo-se ao campo cultural e linguístico, verifica-se a existência de erros, perversões, deturpações, equívocos, imprecisões, destruição ou ocultação das realidades locais, com motivações político-ideológicas estrategicamente gizadas para causar danos graves, profundos e prolongados no tempo e no espaço.

Tudo terá começado assim:

They came, they conquered and they wrote. Now, you don't expect people who came to invade us to write the truth about us. They will always write negative things about us. And they have to do that because they have to justify their invasion. We don't write our history. It is always been handed down to us orally by our elders. Of course the white man came and he writes history. In fact you don't know anything about any place until the white man gets there. Until the white man comes to any places, nothing lives. It's only when he comes and says boof I've discovered you. Now you exist, which is ridiculous (Miriam Makeba, citada em Noko, 2021).

Em face do acima exposto, os povos outrora sob domínio colonial, agora livres dessa dominação, no mínimo, o que devem fazer é (r)escreverem livremente sobre si próprios, seus ancestrais, suas coisas, com base nos conhecimentos orais que chegaram até eles e não perpetuar distorções, tropelias cometidas sobre a sua história por invasores. Facto é que meio século depois ou quase de independências, as consequências da colonização ainda se manifestam até ao momento e mostram sinais de prolongar e perdurar.

Na impossibilidade de elencar todas essas consequências devido a constrangimentos de tempo, espaço e escassez de dados concretos, dar-se-á conta de alguns casos concretos só para servirem de amostra, como adiante será abordado.

Este estudo pode servir para o auto-conhecimento, essencial para restaurar a auto-estima ou amor próprio, fatores que podem contribuir para o estreitamento de laços entre povos africanos dentro ou fora de África, na diáspora, para viverem em harmonia e deste modo contribuir para o desenvolvimento social e económico do continente que tanto precisa como do pão para a boca.

No caso do território moçambicano, estando sob administração colonial portuguesa, muitas das denominações de epónimos ‘que dá o seu nome a alguma coisa’ foram feitas mal ou não informadas, desconhecedoras das línguas, culturas e histórias locais. Nossas palavras, sobretudo aquelas de natureza ideofónica, encapsulam nossas culturas, nossos conhecimentos. Deturpá-las, deturpa-se as culturas, os conhecimentos que elas transportam.

Nas sociedades e culturas orais, as pessoas podem não saber ler o alfabeto cursivo mas não são incultas ou analfabetas. Isso é uma interpretação euro-centrista. Só por ignorância ou arrogância se pode considerar incultos povos inteiros. A ignorância é muito ousada e soberba. O que é importante reconhecer é a existência de duas culturas distintas: i) a cultura livresca, sobrevalorizada no dito Mundo e Civilização Ocidental e ii) a cultura oral ainda prevalecente em grande parte do Mundo, sem que daí se fizesse nenhum juízo de valor. A humanidade só ficava a ganhar se se valorizasse ambas as culturas. Elas são cultas. Sabem ler ou interpretar estrelas, mares, montanhas, o silvar do vento, o canto das aves, as plantas; interpretam as nuvens, os sinais e os discursos da natureza, seu livro aberto; escrevem pautas musicais e factos na mente, na memória (Nêgo Bispo, ver Santos, 2015; 2018), na alma; fazem contas de somar, subtrair, dividir, multiplicar as suas colheitas, o seu gado e outros cálculos; calculam o tempo, as épocas, as distâncias, a melhor altura para realizar determinadas atividades; conhecem os seus animais e até as suas pegadas e seu mugir, tratam-nos pelos seus nomes. Graças a essas ciências (conhecimentos e saberes no sentido lato) que esses povos antigos não sucumbiram e deixaram à humanidade patrimónios materiais e imateriais, além de descendentes que chegaram até aos nossos dias.

Somente uma visão míope e/ou restrita da ciência pode deitar a perder o que de bom, de avanço e de útil se adquiriu até então. A ciência não é propriedade exclusiva de ninguém. Todo o ser humano está dotado de um intelecto capaz de responder aos desafios dos mais simples aos mais complexos. A forma e os *timings* como isso se processa é suscetível de variar de acordo com o contexto da cultura e da situação. A forma de fazer ciência na África do Sul não tem que ser a mesma como se faz na Áustria ou em Myanmar ou na Patagónia. Isso ficou bem patente aquando da produção de vacinas contra a COVID-19, onde países como Alemanha, China, EUA, Reino Unido, cada um produziu a sua própria vacina e obstaculizaram países africanos como África do Sul, Nigéria de fazerem o mesmo. Isto aponta para a admissibilidade de existir diferentes ciências ou formas de fazer ciência.

No passado colonial como no Moçambique independente, o que está escrito e publicado foi e é feito na sua esmagadora maioria por estrangeiros e não locais, mantendo-se, salvo honrosas exceções, os mesmos vícios do passado. Muitas das designações erradas cometidas no passado decorrem da ignorância dos seus autores em relação às culturas locais. E como língua e cultura são duas faces da mesma moeda: ignorar ou desconhecer uma implica ignorar ou desconhecer a outra. É erro isolar língua da sua cultura. Isto porque em parte os financiadores ou doadores internacionais são os mesmos e eles impõem as regras ou, não sendo os mesmos, seguem a mesma cartilha.

Há que mudar esta perspetiva euro-cêntrica para uma perspetiva afro-cêntrica, aproveitando aspetos positivos, sob pena de se repetirem os erros do passado. Essa mudança exige-se para repor a verdade dos factos e fazer justiça às pessoas afetadas e às vítimas dum regime opressor, explorador e racista.

Erros, perversões, deturpações, equívocos, imprecisões, acima referidos, resultaram em danos graves, alguns dos quais irreversíveis, nas culturas, línguas,

histórias, etc. dos povos africanos, sobretudo Subsarianos, podem ter tido motivações diversificadas: i) ignorância das culturas e línguas locais: “*There are countries within [African] continent. There are tribes within a country. There are different cultures, traditions and customs within tribes*” (Mingren, 2021) e/ou ii) prepotência, petulância dos seus atores e autores, associado ao espírito de superioridade perante populações locais.

Por isso, a atitude ideal e para a sanidade mental seria duvidar e questionar tudo o que se disse e se escreveu sobre os negros no âmbito das invasões e conquistas europeias em África. Será que se quis dizer Memba, Pemba, Lichinga (*ncenga, ncinga*)? Isto contribuiria para a busca da verdade. Há muito trigo e joio misturados.

Tudo isto conduz à conclusão de que este artigo debruça-se sobre a linguística reparativa com vista à reafricanização, i.e., a recuperação dos aspetos positivos das culturas ancestrais de Moçambique, tendo como foco o caso da língua, etnia e território *nyungwe*. E que a reescrita e o registo fazem parte deste movimento. Se não houver registo nestas sociedades modernas africanas austrais, elas desaparecem, morrem como sociedades autónomas e com identidades/ autenticidades próprias.

Necessidade de Releitura e Rescrita da África Austral: Caso *Nyungwe* – Moçambique

As lutas pelas independências dos povos africanos colonizados visavam, entre outras, reconquistar a dignidade como humanos e como povos soberanos, que, com a colonização, tinham sido negadas e retiradas. No caso de Moçambique, manter tal como era no tempo colonial, com raras exceções, é tão absurdo quanto inaceitável e, além de não dignificar os moçambicanos, os vivos e os que tombaram na luta para que o país fosse independente, viola a Lei-mãe, a Constituição da República.

Como raras exceções do que se fez para reparar erros do passado colonial, pode-se destacar a alteração da toponímia colonial portuguesa para a toponímia local: a) Vila Cabral para Lichinga, b) Porto Amélia para Pemba, c) Vila Pery para Chimoio, d) João Belo para Xai-Xai, e) Lourenço Marques para Maputo, f) Vila Paiva de Andrade, hoje Gorongosa, g) Vila Coutinho – Ulongwe, h) Vila Gouveia – Katandika, Vila Gamito – Kazula, processo que se estendeu às vilas e localidades. Nesta transição para nomes locais, estes foram aportuguesados. Não se deram ao trabalho de conformar esses nomes tal como eles eram na tradição local, tendo sido reproduzidas designações deturpadas e, nalguns casos, preocupantes para a nossa existência.

Além disso, mais do que atribuir nomes internacionais – Ho Chi Min, Friedrich Engels, Julius Nyerere, Karl Marx, Kenned Kauda, Kwame Nkrumah, Marien Ngouabi, Olof Palme, Patrice Lomumba, Vladimir Lénine –, devíamos apostar fortemente em nomes locais, heróis à medida da sua dimensão.

Porém, os processos de mudança desde a independência a esta parte têm sofrido avanços, estagnações, recuos e ainda sem abrangerem todas as parcelas do

país. Um desses processos que somente se ficou no Maputo-Cidade é a atribuição de nomes locais aos distritos urbanos que o compõem: *kaMpfumu*, *Nlhamankulu*, *kaMaxakeni*, *kaMavota*, *kaMubukwana*, *kaTembe*, *kaNyaka*. Talvez não se imagine como estas designações, por um lado, repõem a verdade e, por outro, devolvem orgulho às populações locais, que pode impulsionar o interesse nas suas culturas e o turismo local.

Em Moçambique, tudo o que é oficial é vindouro, introduzido sobretudo pelos europeus, árabes, etc. e tudo o que é original, autóctone, indígena, é não oficial. Nada do que é local é oficial. As LBM não são oficiais; *bwadwa*, *cipere*, *gondwa*, *kacasu*, *masendera*, *mpeyera*, *mpfula*, *m'gunde*, *muliwo* (*wa ntanga*, *m'nyemba*, *sisito*), *nkate*, *nkholongo*, *nkhongwe*, *nkhuluzi*, *nsoso*, (*phala la*) *nsundje*, *nsuzi* (*wa bvembe*, *masawu*, *usika*) *ntheme*, *nthengeni*, *nthwaya*, *sindi*, não são oficiais. O próprio (nome do) país não é indígena. Tudo é importado (de fora do continente), incluindo trigo, roupa em segunda mão, cabelos; sistema político, económico, educativo, legislativo, etc., que mantém o país sob influência de políticas extra-África. Esta é a raiz dos nossos problemas, disse há anos Mathias Offoboche, citando Shehu Shagari (2001). A solução passa pela oficialização das culturas, saberes, sabores e línguas locais. Sem isso, tudo manter-se-á na mesma. Tudo continuará como até aqui.

A linguística colonial (incluindo a linguística missionária) estava material e concepcionalmente ao serviço do regime colonial, garantindo, reforçando e justificando através de todos os meios necessários a sua existência e atuação. As designações de terras e de suas gentes, animais, plantas, florestas, lagos e rios, rochas e pedras, atribuídas pelo regime colonial, racista, explorador, opressor português, deviam ser revistas, atualizadas e ampliadas. Seria importante visitar todo o trabalho de denominações e identificações de tudo quanto existe em Tete em particular e em Moçambique em geral para confirmar se:

Cabo Delgado: Ancuabe, Meloco, Messalo, Mtorandenge, Xai;

Gaza: Incoluane;

Inhambane: Inhassoro, Lindela;

Manica: Báruè (Barwe), Kalingamuntsi, Macossa, Mavonde, Púnguè (Phungwe), Zonoe;

Maputo: Nhongonhane;

Nampula: Anchilo, Ligonha, Naitiquire Nimanro;

Niassa (Nyasa): Khodwze, Lichinga;

Sofala: Catapú – Cheringoma, Gorongoza, Munhava, Mutunduri, Muxúnguè, Nhamapaza, Satungira, Vunduzi;

Tete: Chirodzi (kulodza?), Chiúta, Fíngoè/ Mphingwe? (kupinga?), Mavudze (Mavuzi?), Mboza (Mbodza), Moatize, Revúbué (kulebzwa/ kulobzwa?);

Zambézia: Maganja, Mwanamunepa, Namuaca, Nicoadala.

Rarara: Quiterajo

e outras designações respeitam a integridade do nomeado na respetiva língua e cultura locais. A escrita acima devia envergonhar-nos. Esta pequena amostra revela que a extensão dos danos atingiu todo o país. A grafia aportuguesada, corruptela de termos locais pode deturpar a palavra e o seu sentido, induzindo em erro as pessoas. Daí a necessidade de se dismantelar todo o aparato teórico e prático colonial e em seu lugar incorporar um constructo novo e local.

O mais preocupante é a ausência quase total de um sobressalto cívico, político, cultural e social que renaturalizasse ou renativizasse as designações que sofreram processos de extorsões e distorções de identidade e de realidade ao longo de séculos de ocupação estrangeira.

A par disto, já que existe um vasto leque de realidades como uma série de terreolas, terras; riachos, rios; penhascos, penedos, declives, vales, colinas; árvores, arvoredos e outras coisas que ainda estão por designar e não registadas e que acabam por não serem identificadas, dever-se-ia atribuir-lhes nomes. Valeria a pena ainda sondar os seus significados e hipotéticas origens.

e outras designações respeitam a integridade do nomeado na respetiva língua e cultura locais. A escrita acima devia envergonhar-nos. Esta pequena amostra revela que a extensão dos danos atingiu todo o país. A grafia aportuguesada, corruptela de termos locais pode deturpar a palavra e o seu sentido, induzindo em erro as pessoas. Daí a necessidade de se dismantelar todo o aparato teórico e prático colonial e em seu lugar incorporar um constructo novo e local.

O mais preocupante é a ausência quase total de um sobressalto cívico, político, cultural e social que renaturalizasse ou renativizasse as designações que sofreram processos de extorsões e distorções de identidade e de realidade ao longo de séculos de ocupação estrangeira.

A par disto, já que existe um vasto leque de realidades como uma série de terreolas, terras; riachos, rios; penhascos, penedos, declives, vales, colinas; árvores, arvoredos e outras coisas que ainda estão por designar e não registadas e que acabam por não serem identificadas, dever-se-ia atribuir-lhes nomes. Valeria a pena ainda sondar os seus significados e hipotéticas origens.

Necessidade de Releitura e Rescrita da África Austral: Caso Nyungwe – Moçambique

O facto da humanidade ter existido até aos nossos dias é fruto da acumulação de experiências milenares, transformadas em conhecimentos. Estes não podem simplesmente ser descartados. Os portugueses quando chegaram para a África e conquistaram vastos territórios, encontraram populações locais e outras vindas de outras partes do mundo.

Por outro lado, faz impressão, quando se circula pelas estradas, picadas, caminhos e outras vias ao longo do vasto território moçambicano, que não haja placas, letreiros identificativos em línguas locais (e no português) de terras, plantas, florestas; animais, rios, ribeiros; rochedos, montes, serras, montanhas. Nem sequer há

indicação da distância em quilómetros que separa um ponto do outro. Por exemplo, de Tete-cidade até ao cruzamento do Matambo e daqui para o Songo, passa-se por muitas aldeias e localidades, sem nenhum distintivo e, quando existe, é precário e mal se veem as inscrições. Podia-se, pelo menos, para começar, colocar-se placas nas entradas e saídas de aldeias, localidades, vilas e cidades, com palavras de boas-vindas '*titambiree*' (kutambira) e de agradecimento '*tatenda*' (kutenda); de despedia '*salani vs fikani bwino ou takusiyani*' (kusiya); desejando boa viagem '*fambani bwino*' (língua Nyungwe e em português). Isto só por si alavancava o turismo, estimulava o conhecimento de cada parcela de Moçambique e das línguas locais e o país ganharia. Contribuiria para o auto-conhecimento e auto-estima.

Nesta empreitada de reescrita e ressignificação do património cultural, linguístico, territorial africano, importa referir que as letras do alfabeto latino não cobrem todos os sons significativos das línguas bantu como o Nyungwe, tendo resultado em representações distorcidas destas línguas. O alfabeto oficial da Língua Portuguesa, por exemplo, possui 26 letras (depois da incorporação das letras k, w, y). Em contrapartida, o Nyungwe possui cerca de 75 letras, representativas de outros tantos sons (Rego, 2022). Ou seja, "Muitas das [línguas orais] que estão ameaçadas hoje usam, por exemplo, um número de fonemas (sons) duas ou três vezes mais rico do que as línguas "internacionais" (Descamps, 2022). Associado a isto, havia ignorância, arrogância e provavelmente alguma maldade nos descritores das línguas bantu para desvirtuar o sentido das palavras. Portanto, línguas escritas em outros alfabetos sem ser os seus próprios alfabetos sofreram voluntária ou voluntariamente processos de danificações, desvirtuações ou malformações.

Processo de Desafricanização em curso em Moçambique

O mais absurdo é existirem casos, em que há um consenso alargado com base em provas e evidências, ou seja, há ciência suficiente de que a, b, c palavras foram incorretamente concebidas e/ou grafadas. E, no entanto, não se procede à sua imediata correção ou atualização para emendar o erro. Por exemplo, Doa para *Doha* (Tete); Gaza para *Gathsa* (João Craveirinha Jr.); Gorongoza para *Kuguru kuna Ngozi*; (Guro) *Guru* 'Monte'; Matacuane para *Matako aAna*, Munhava para *Munya ava* (José Gil Vicente); Mogovolas para *Mukhova Ola*, Nampula para *Naphula/ M'phula* (Hilário dos Santos); *Mufa* de *Munfa* (Sóstenes Rego); *Ronga* de *Jonga* (João Craveirinha Jr.). Assim como chamaram Cochichina à Cochim-China) à "Cochim" (Kuchi)/ jiao zhi/ giao chí (chinês), atual Vietname, etc. Não se sabe qual é o receio, se é o de sofrer sanções e/ou outro tipo de retaliações pelos responsáveis de tais patranhas ou se é de conivência, de confirmação da aliança entre colonos do passado (estrangeiros) e colonos atuais (nacionais). Mas é insustentável continuar-se a ostentar marcas coloniais e neocoloniais num país que se auto-proclama de independente.

A administração colonial portuguesa recusava-se a registar as populações locais de acordo com os seus nomes étnicos. Afirmavam que aqueles não eram nomes e passavam a atribuir-lhes outros nomes de registo, havendo casos em que indivíduos havia que podiam ter mais do que um nome: o de casa, que respeitava a cultura, as tradições e que dependia de vários fatores como familiares, locais, época

do ano, evento histórico ou circunstâncias envolvidas no nascimento, na gravidez e o nome oficial atribuído pelos colonos como os que se seguem: Artur da Rocha Diogo, Cardoso Simão Faztudo, Domingos João de Deus, Eusébio Vicente Zacarias, Joaquim Luís dos Santos, Mateus Reino de Deus, Osório da Fonseca Paulino, Tadeu da Silveira Reino, etc., são alguns dos nomes de moçambicanos que ainda se mantêm.

Quando o colono cedia e aceitava fazer o registo do nome local, muitas das vezes este era aportuguesado, deturpando a sua essência, a sua real forma e conteúdo. Assim, há casos do género de *Hivala* ‘pessoa esguia, alta, esbelta’ para *Ivala*, que não significa nada; *Xaxamva* para Chachava; para se referirem à parte Sul do Hemisfério, pronunciaram *Abbuzoo* e não *Abathu* como deveria ser, significando (região de) pessoas de cor negra; línguas com seus nomes já estabelecidos chamaram-nas línguas *clicks* (por os europeus terem ficado muito impressionado com determinados sons consonânticos ouvidos como produzindo um clique) ou línguas bantu (só por causa da semelhança da palavra que serve para designar pessoa(s) – *munthul wanthu*), em referência apenas a um tipo de consoantes que essas línguas apresentam. Os colonos fizeram este tipo de estragos por onde andaram.

Se essa lógica fosse extensiva às línguas indo-europeias, então estas deveriam ser designadas de línguas de declinações, declináveis ou declinativas por as declinações estruturarem as suas gramáticas, o seu funcionamento. São sempre os outros e os mesmos a imporem a seu bel-prazer os seus rótulos a tudo e a todos que pertence à África subsariana.

Os nomes em Moçambique não são meros rótulos. Eles tendem a ser atribuídos em função de vários fatores e exercem diversas funções. Eles carregam consigo significados múltiplos da realidade e circunstâncias isso não se verifica:

Bwambuluka ‘voaram’: algo de positivo ou negativo voou, não se apanha mais;

Cakhala ‘sentou-se’: como quem diz: “daqui não saio, daqui ninguém me tira;

Famba ‘anda, mexe-te’: se quiseres crescer, ter ou ganhar algo na vida, i.e., não fica parado;

Gopani: ‘temai, tenhais medo’: espécie de aviso “à navegação” para não se arrenderem e para não virem se queixar de que não foram avisados;

Kakhuni ‘da terra de lenha ou a própria lenha’: quando pega fogo, já não se apaga;

Kalirira ‘reclamador’: clama pelo seu quinhão;

Kampini ‘cabo pequeno de machado ou enxada’: usado como arma na caça ou na viagem;

Kasosera ‘cercador’: talvez o mestre de cerimónias de chamamento de espíritos;

Kondwani ‘alegrai’: pelo nascimento, casamento, vinda de um dos membros da família ou pelas boas notícias;

Malungisa ‘consertador’: o apaziguador de problemas, o conciliador;

Matosi ‘dejetos de aves’: usado como fertilizante;

Ncewuke ‘em estado de alerta’: atento a movimentações à sua volta;

Ndapasaya ‘não encontrei’: é um dos nomes que criam suspense, deixando reticências;

Nkutumula ‘sacudidor’: capaz de rechar

Nkwantsa ‘dador de chapadas’: talvez por ter hábito de dar chapadas nos outros;

Ntsede “:

Pakanati ‘ainda não é suficiente ou ainda não é desta vez’:

Sakadyero ‘amigo da onça’

Salikucepa ‘se não fosse pequeno’: reconhece a sua pequenez, mas ainda assim faz o que pode;

Zalimba, ‘já fortificados, preparado, pronto, resistente’: para enfrentar a vida dura, difícil;

Zondiwa ‘odiado’: consciente de que é suscetível de ser odiado.

Com a independência de Moçambique, era exetável que houvesse uma explosão de nomes locais (nomes vão mudando ao longo da história). O que aconteceu foi o abasileiramento de nomes (influência das novelas brasileira, mexicanas) ou americanices, sobretudo dos EUA – Ayla, Cleide, Edilson, Edivaldo, Dilson, Gerson, Harry, Ilka, Ivan, Ivana, Jackilson, Jessica, Karina, Katya, William. Como a legislação moçambicana em vigor é um decalque da legislação colonial, com ligeiras alterações cosméticas, a política linguística também não se alterou tanto, tentar alterar estes nomes por nomes locais é meter-se em sarilhos, em tormentas.

Uma análise fria ao estado atual de Moçambique revela que há uma certa continuidade das políticas cultural e linguística coloniais, que se manifesta aqui e ali, com ligeiras nuances discursivas do género: “os negros em Moçambique não tinham culturas nem línguas ou, que, quando muito, eram culturas e línguas inferiores à cultura e língua portuguesa” (era colonial), passando pela proibição de certas práticas culturais, consideradas de feitiçaria, ignorância, obscurantismo e superstição; no campo das línguas, é movida uma campanha cerrada de interdição nas escolas do uso de línguas nativas, que vigorou até há pouco tempo.

A palavra de ordem “A Luta Continua contra a Ignorância, contra o Obscurantismo e contra a Superstição” (Samora Machel) foi aproveitada para servir como arma de arremesso contra as culturas e tradições moçambicanas, no fundo, contra a forma de ser e estar típicos do moçambicano na sua diversidade. Em simultâneo, incrementava-se um luso-tropicalismo levado até às últimas consequências que resultou no que é hoje a lusofonia. Esta consiste no

desenraizamento dos povos de Moçambique das suas origens e dos seus ancestrais, fixando-se apenas no advento do colonialismo português.

As consequências desta pesada herança cultural ainda hoje se refletem no país onde nomes étnicos como *Chabane*, *Cimalizeni*, *Gwendjere*, *Mundjovu*, *Wakiapala*, etc., são recusados, denegridos, desprezados, ridicularizados pelos próprios moçambicanos, preferindo-se outros que nada têm a ver com os povos em questão.

Oiçamos o que os altos responsáveis políticos moçambicanos pensam e dizem num comício de campanha eleitoral para as presidenciais de outubro de 2024, com os media e as redes sociais a gravarem sobre os nomes locais das pessoas. Isto diz muito do nível de desafricanização a que se chegou. Na generalidade, as gerações atuais negam completamente tudo o que seja africano, desde línguas, gastronomias, etnónimos, antropónimos. Aceitam como nomes Alface, Barata, Borrego, Carvalho, Coelho, Coentrão, Cravo, Faizal, Figo, Folha, Grilo, Figueira, Laranjeira, Leão, Loureiro, Margarida, Montenegro, Nabo, Nogueira, Oliveira, Passos, Pato, Relvas, Rocha, Roque, Rosa, Salgado, Silvestre, Pereira, Portas, Torga, Trigueiros, Varandas. Mas não aceitam *Catayika*, *Cawola*, *Cayima*, *Civambo*, *Kulambandewo*, *Kumbani*, *Malungisa*, *Manganimandja*, *Panganani*, *Tirewenyi*, *Zalimba*. Isto é reflexo do abandono das culturas autóctones e a adoção da cultura ocidental(izada).

É preciso (re)construir urgentemente todo o tecido social moçambicano para que cada ser humano possa ser e viver como ele é. Isso é possível através da sua cultura, meio pelo qual existe, vive, se conhece e compreende a sua própria natureza. Não admita que ninguém lhe defina ou lhe venha dizer quem é. Cerca de 50 anos depois da independência política de Moçambique, está na altura de travarmos a batalha pela nossa soberania cultural, base para as restantes soberanias.

Moçambique continua a ser um país em que o seu acervo bibliográfico foi maioritariamente escrito por estrangeiros. Até porque de colónia portuguesa à um país lusófono, passando por província ultramarina de Portugal, é apenas um passo. Em resultado disso, tudo o que seja indígena é não oficial e, pelo contrário, tudo o que seja não indígena é oficial. E, deste modo, aumenta a dependência do país face ao exterior. A informação, o saber, o conhecimento também foram colonizados. Por isso, há pouco que se possa citar de Moçambique.

Exigir a revisão, atualização e ampliação dos nomes atribuídos e por atribuir a tudo que pertence a Moçambique e aos moçambicanos não são meros devaneios ou caprichos de académicos lunático. Aliás, este tipo de pesquisas já existem em países austrais como atesta a passagem abaixo:

RE-LECTURE D'AFRIQUE donne l'occasion aux chercheurs de présenter, à travers leurs productions scientifique, les réalités du monde africain perdues de mémoires, étouffées ou tronquées par le fait de l'histoire de ces peuples dits « sans écriture ». Il s'agit pour cette revue de se prêter pour servir de cadre en vue d'une RENAISSANCE et des LUMIERES de cette partie du monde qui a, pendant longtemps, souffert de caricature (Jean-Pierre, Collins, 2022).

Pode ser a chave para o saber endógeno do país. Países como China, Índia, Japão, Rússia desenvolveram-se, desenvolvendo a sua ciência, não imitando a cultura do outro nem usando a língua do outro e muito menos sabotando as suas próprias línguas. Desenvolvendo teorias ou práticas da Sibéria (Rússia), Ningxia (China), Uppland (Suécia), Kansas (EUA), Lisboa (Portugal), o país não se irá desenvolver.

Só conhecendo a natureza ideofónica das LBM e baseando-se nelas, elas apontar-nos-á que terrenos, culturas, épocas serão melhores para a prática da agropecuária, mineração, da atividade madeireira, da construção, da caça; que raízes, caules, cascas, folhas, frutos, ervas, insectos, répteis, gafanhotos e outros insectos, animais selvagens são comestíveis ou servem para a prevenção e/ou cura de doenças. Estes conhecimentos e outros tantos aqui não mencionados estão armazenados nas nossas línguas. Portando, conhecer as nossas línguas é vital para um futuro coletivo melhor.

Africanização Linguística e Cultural de Moçambique

Entre a arabização e a europeização em que a África foi e está sujeita, ela precisa de encontrar o seu caminho. Nesta procura, muitas vezes, a África cai para um ou outro extremo. Os casos mais paradigmáticos são dum dos maiores pugilistas de todos os tempos, o norte-americano Cassius Marcellus Clay Jr. que mudou o seu nome para Muhammad Ali ou do ativista dos direitos humanos e cívicos dos negros que também terá mudado sucessivamente seu nome de Malcolm Little para Malcolm X e deste para el-Hajj Malik el-Shabazz. Ou ainda quando se considera roupa africana os *babban-riga/boubou*, típicas vestimentas do Norte de África, onde habitam povos de ascendência árabe ou fortemente influenciados por eles, como abaixo reportado:

Its origin lies with the clothing style of the Tuareg, Songhai-Zarma, Hausa, Kanuri, Toubou, and other trans-Saharan and Sahelian trading groups who used the robe as a practical means of protection from both elements (the harsh sun of the day and sub-freezing temperatures at night) while traversing the Sahara desert. The babban-riga/boubou or Kulwu was often paired with a large turban that covered the entire face, save for the eyes, known as Alasho in Hausa, Tagelmust in Tuareg, or Litham in Arabic... The use of the boubou/babban-riga/Kulwu as clothing became widespread among West African Muslims with the migration of Kanuri, Hausa, Fulani and Dyula long-distance traders and Kanuri Islamic preachers in and around Muslim regions of West Africa in the 1400s and even more rapidly in less Islamized areas after the Fulani Jihads of the 19th century and subsequent French and British colonization (Boubou, 2024)

Para a África Austral, zona predominantemente de povos *bantu*, esta roupa dita africana é pouco comum entre os homens. havia/há outro tipo de vestimenta adaptada ao seu meio. No seio das mulheres, sobretudo idosas e de meia idade, abundam as capulanas.

Mas um fenômeno que atingiu proporções gigantescas é a compra e o uso de cabelos naturais ou postiços, importados do Brasil, da Índia, China, Perú, um negócio que custa a África cerca de 6 bilhões de dólares (Dolan, 2014). Isto em países onde graça a fome, onde populações vivem sem água potável e sem eletricidade. E é fácil deduzir que não se trata da África do Norte, branca, que compra esses cabelos, mas África Austral, negra. E fá-lo devido à alienação cultural e baixa auto-estima. Não gostam do seu cabelo, da sua tez de pele, do seu nariz. Por isso, compram cabelo liso, cabelo loiro. Não compram cabelo encarapinhado; desprezam e abandonam culturas e tradições dos seus ascendentes, a começar pelas línguas, passando pela gastronomia até ao seu próprio corpo, cabelo e cor da pele, preferindo línguas ocidentais: português, inglês, francês, etc. Provavelmente, o meio termo seria a melhor opção: uma combinação entre influências árabes, europeias, sem esquecer a matriz negro-africana, a matriz dos ancestrais negros como tem acontecido amiúde.

Língua e Identidade

De igual modo, seria bom que houvesse estudos e divulgação sobre origens e significados de nomes atribuídos às terras em Moçambique como Furancungo (*Fungulakhungu?! Vulakhungu?*), Macanga (*Makangala?*) para se tentar decifrar as mensagens que encerram. Os cidadãos deveriam ser ensinados a se (re)conhecerem; conhecendo as suas origens, suas terras, suas regiões, suas nações, o seu mundo, e o dos outros e o mundo em geral.

Nos últimos decénios, em nenhum momento, as línguas e culturas locais de Moçambique foram prioridade. Para tanto, basta verificar os sucessivos orçamentos (houve algum?) destinados a estas áreas e o peso do Ministério da Cultura e a parte dedicada às línguas locais nos governos existentes até ao momento.

Relevância de registar, designar, nomear, patentear

Nas sociedades e culturas orais, nomear é escrever nas pessoas e nos animais; na terra, argila, areia e nas pedras; é escrever nas árvores, plantas, folhas, frutos, cereais e nos bosques; nos montes, montanhas, colinas e vales; nos rios, águas e oceanos; nas nuvens, estrelas e no firmamento. Esta escrita perdura ao longo dos tempos tal ou mais que a escrita nos seus variados suportes. Assim, por ex., Tanganyika (atual Tanzânia) significa começo do mundo, o que vai na linha dos estudos mais avançados que dão conta de ser na região dos Grandes Lagos onde terão surgido os primeiros seres humanos, tantas vezes ignorado, é necessário lembrar-lhes que foi *“After destroying the Great Wall of Benin, they stole all the treasures in Benin Empire then turn around and told you that African has no history and civilization, meanwhile most of those treasures can be visibly seen in thier museums”* (Anzania Blackness, 2024), também foi assinalada por cravagens nas pessoas (nembo), árvores, pedras (as mais duradouras) como em Drakensberg (África do Sul), Tassili n’Ajjjer (Argélia). Percebe-se, pois, o quão vital é para estas culturas conservar intacto o nomeado.

Depois de se lhes ter destruído as suas formas de escrita: *geez script*, *nsibidi script* (África Ocidental), *meroitic script* (Sudão) em *African Writing Scripts & Learning*, os ocupantes estrangeiros e colonos apressaram-se em afirmar que a África Subsaariana era uma região ágrafa, sem escrita, sem civilização. Considerar civilizações sem escrita precisamente aquelas civilizações que produziram pinturas rupestres de valor artístico reconhecido ao nível mundial é típico de quem acha que tudo que lhe seja diferente, estranho, ou não é (não existe) ou é rude, inferior, atrasado. É uma visão egocêntrica, eurocêntrica, descabida, destituída de razão e de ciência.

Em línguas ideofônicas como o Nyungwe e a maior parte das Línguas Bantu (LB), designar, nomear, patentear é atribuir uma identidade, atribuir determinados atributos, determinar uma existência, uma realidade; é transmitir ideia, que se encontram naquela coisa específica, naquela espécie, que é única, que não se encontra em mais lado nenhum; é gravar ou escrever nas mentes das pessoas. E numa região assolada por guerras, calamidades naturais, presenças de reinos e de povos longínquos, não se pode estar indiferente a nomes de terras como *Caakalanga* ‘... dos de elevado libido’, *Cimadzi* ‘Rio Grande’, *Ciringa* ‘Vigilador/ Pesquisador’ (*kulinga*), *Kamwankhuku* ‘Bebedouro de galinhas’, *Kanfiko* ‘Chegadas’, *Kasumbadedza* ‘Admoestados por Deus’, *Marara* ‘Hospedaria’, *Nyancinda* ‘Fornicadores’. No mínimo e mais sensato, deveria despertar curiosidade e interesse em saber as razões que estão na base de atribuição destes nomes a fim de se saber as mensagens neles contidos. Porque esta podia ser uma forma de dar conta do que existia, de registo, de fixação de acontecimentos para a posteridade, culturalmente validado pelos falantes dessa comunidade, sem se corromper com a escrita que é sempre uma visão individual, viciada, vigiada e, portanto, sempre limitada.

A título de exemplo, na cultura Nyungwe, todos os nomes/ substantivos são metáforas ricas em conteúdos, em significados e significações. Efetivamente, nas nossas línguas, estão gravadas e cravadas as nossas raízes, a nossa história, a história da nossa ligação com a terra, com as plantas, com os animais, com as pessoas, com outras vidas que não apenas humanas, de tudo aquilo que faz parte da nossa identidade; com o cosmos, os nossos mitos e crenças.

A revisão e/ou atualização de tudo que foi atribuído e escrito na era colonial decorre da necessidade de repor a verdade ou de aproximar a ela. Por exemplo, não faz sentido continuar a chamar Guro a *Guru*; Mufa a *Munfa* (*Munifa*), de *kufa* ‘morrer’, dado que se torna(va) muito perigoso tentar atravessá-lo quando estivesse cheio. Ademais, *Mufa* não tem nenhum sentido na língua local ou próximas. E, por aí adiante. Casos deste género são incontáveis.

Considerações finais

A política europeia de que tudo o que é europeu é bom e tudo o que não é é mau, inferior ou não existe não encontra respaldo científico; a política de tudo o que é nosso é bom e tudo o que é do outro é mau: as nossas línguas são línguas, as outras não são ou quando muito são dialetos, linguajares ou línguas de macacos e, portanto,

línguas atrasadas ou inferiores às nossas; que os outros não têm culturas, somente nós temos; gastronomia e da boa é nossa, a dos outros não é (é também isso que atrai muitos extra-europeus, extra-comunitários à Europa, incluindo Austrália, Canadá, EUA, Nova Zelândia (possessões europeias). Depois, admiram-se, incomodam-se, não gostam e alguns revoltam-se até. Mas, não deviam. Porque as pessoas largaram tudo e ainda estão dispostas a tudo largar para irem atrás do que é bom e melhor, do *eldorado*. Todas as pessoas gostam do bom e do melhor, incluindo estas pessoas deserdadas.

Quando os povos africanos subsarianos de culturas e tradições orais não tinham o domínio da escrita e estavam sob o jugo colonial, estrangeiros, colonos, escreveram por e sobre eles. Agora que obtiveram as suas independências (políticas) e estão aparentemente libertos da ocupação estrangeira e tendo o domínio da escrita, cabe-lhes escreverem sobre si próprios e suas coisas. São eles que melhor do que ninguém sabem sobre eles próprios. Esta é a via ideal para se reconciliar com a verdade, para estes povos se (re)conhecerem e para a recuperação das suas identidades e dignidades perdidas. Além disso, o auto-conhecimento e o conhecimento do meio em que se vive são as armas eficazes de combate à pobreza, às injustiças, aos ódios e preconceitos. Nesse combate, as línguas locais, pela sua natureza ideofônica, jogam um papel crucial. Não podem ser excluídas.

Fontes e Bibliografia

ANZANIA BLACKNESS. History Of All Southern African Tribes. Facebook, 10 de novembro de 2024. Disponível em https://www.facebook.com/groups/523396435442256/?hoisted_section_header_type=recently_seen&multi_permalink=1268521820929710. Acesso em 14 de novembro de 2024.

BOUBOU (clothing). In: **WIKIPEDIA**, The Free Encyclopedia. Wikimedia, 2024. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Boubou_\(clothing\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Boubou_(clothing)). Acesso em: 8 de outubro de 2024.

DESCAMPS, Philippe. O pesadelo da língua única: entre o monolinguismo e o bilinguismo. Ciberdúvidas da Língua Portuguesa, 2022. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/diversidades/o-pesadelo-da-lingua-unica/5056>. Acesso em 1 de setembro de 2024.

DOLAN, David. In Africa, haircare becomes a multi-billion dollar industry. **Reuters**, Abuja, 2014. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/world/in-africa-haircare-becomes-a-multi-billion-dollar-industry-idUSKBN0G60A5/>. Acesso em 15 de setembro de 2024.

JEAN-PIERRE, Johanne; COLLINS, Tya. Penser une démarche épistémologique afroémancipatrice en recherche qualitative par, pour et avec les communautés noires. **Recherches qualitatives**, v. 41, n. 1, 2022.

LUMUMBA, Patrice. "Letter from Thysville Prison to Mrs. Lumumba by Patrice Lumumba". In: LUMUMBA, Patrice. **The Truth about a Monstrous Crime of the Colonialists**. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1961.

MINGREN, Wu. The Walls of Benin: Four Times Longer Than The Great Wall of China! **Ancient Origins**, 2021. Disponível em: <https://www.ancient-origins.net/ancient-places-africa/walls-benin-0016222>. Acesso em: 30 de setembro de 2024.

NOKO, Karsten. The Revolution is a song! Music in Africa's Liberation and Freedom Struggles. **The Republic**, 2021. Disponível em: <https://rpublic.com/october-november-2021/the-revolution-is-a-song/>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.

REGO, Sóstenes. Construções ideofônicas do léxico Nyungwe. **Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras**. São Francisco do Conde, v. 2, n. 2, p.69-94, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo. Somos da terra. **PISEAGRAMA**, n. 12, p. 44-51, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

SHAGARI, Shehu. **Beckoned to serve**: An Autobiography. Ibadan: Heinemann Educational Books, 2001.